

**Jornalismo e direitos humanos:
coberturas sobre gênero e diversidade no *Brasil de Fato Paraná***

***Journalism and human rights:
coverages about gender and diversity in Brasil de Fato Paraná***

Nicolas Pedrollo RIBEIRO¹
Karina Janz WOITOWICZ²

Resumo

O jornal *Brasil de Fato Paraná* é um veículo de abrangência estadual, de periodicidade semanal, com uma tiragem de 20 mil exemplares por edição, abrangendo 26 municípios paranaenses. Com circulação da edição local paranaense a partir de fevereiro de 2016, o *Brasil de Fato Paraná* segue a proposta editorial da edição nacional, vinculada a movimentos sociais e sindicatos. O jornal possui como objetivo dar voz a minorias e a movimentos sociais, o que inclui pautas sobre direitos das mulheres e LGBTQ+. A pesquisa tem como objetivo analisar e sistematizar as reportagens do jornal desde a sua primeira edição até a última publicação do ano de 2017, totalizando 67 edições, e trazer, a partir da análise de aspectos da produção jornalística, uma avaliação sobre como são realizadas as coberturas do *Brasil de Fato Paraná* relacionadas aos temas de gênero, que compreendem uma dimensão dos direitos humanos.

Palavras-chave: Jornalismo alternativo. Imprensa paranaense. Direitos das mulheres e LGBTQ+. Estudos de gênero.

Abstract

The *Brasil de Fato Paraná* newspaper is a weekly newspaper with state coverage, with a circulation of 20 thousand copies per edition, covering 26 municipalities in Paraná. With circulation of the local edition from Paraná as of February 2016, *Brasil de Fato Paraná* follows the editorial proposal of the national edition, linked to social movements and unions. The newspaper aims to give voice to minorities and social movements, which includes guidelines on women's rights and LGBTQ+. The research aims to analyze and systematize the newspaper reports from its first edition until the last publication of the year 2017, totaling 67 editions, and to bring, based on the analysis of aspects of journalistic production, an assessment of how the reports are carried out

¹ Graduado em Jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa.
E-mail: nicolaspribeiro@outlook.com

² Professora Doutora do Curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Co-Coordenadora do Grupo de Pesquisa Jornalismo e Gênero (UEPG). E-mail: karinajw@gmail.com

coverage of *Brasil de Fato Paraná* related to gender issues, understand a human rights dimension.

Keywords: Alternative journalism. Paraná press. Women's rights and LGBT+. Gender studies.

Introdução

O jornal *Brasil de Fato Paraná* é um veículo ligado ao jornal homônimo de circulação nacional que segue as propostas de sua versão nacional. Conforme o site do *Brasil de Fato*, o veículo surge a partir de demandas da sociedade, ligadas a movimentos sociais, e procura dar voz ao que intitula “uma visão popular do Brasil e do mundo”.³ Circulando nacionalmente desde janeiro de 2003, o veículo passou a contar com edições regionais (estaduais) a partir de 2013 e em fevereiro de 2016 o jornal chega com uma versão local paranaense com a mesma visão e propostas da edição nacional e das versões regionais, porém com um enfoque no estado do Paraná.⁴

Entre os grupos que de alguma forma ganham voz no *Brasil de Fato* – tanto nacional como local – estão os movimentos populares e as minorias sociais, entre as quais as mulheres e os grupos LGBT+, que estão representados em reportagens que têm como enfoque a defesa de seus direitos. Entre as principais fontes ouvidas pelo jornal nessas coberturas estão sindicatos, movimentos, assim como minorias sociais relativas às questões de gênero.

Estes aspectos permitem caracterizar o *Brasil de Fato* como um meio alternativo, que faz frente às estruturas de poder político, econômico e cultural. Sabe-se que, historicamente, a comunicação alternativa no Brasil ficou conhecida entre os anos 1960 e 1980 por caracterizar as mídias de oposição política que contestavam o regime militar. Para Peruzzo (2008),

Era uma época em que a maioria dos grandes jornais se alinhava à visão oficial do governo, por opção político-ideológica ou pela coerção, sob a força da censura. A imprensa alternativa representada pelos pequenos jornais, em geral com formato tablóide, ousava analisar criticamente a realidade e contestar um tipo de desenvolvimento (PERUZZO, 2008, p. 373).

³ Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/>. Acesso em 15/05/2020.

⁴ Disponível em: <https://www.brasildefatopr.com.br/quem-somos>. Acesso em 15/05/2020.

Ainda de acordo com Peruzzo (2008), o termo ‘comunicação alternativa’ vem sendo retomado, mesmo após o fim do regime militar, e pode representar experiências atualmente em curso no país, que apresentam na sua base a contraposição às lógicas hegemônicas. Peruzzo (2008) conceitua e destaca que os meios alternativos

[...] tem sua origem nos movimentos populares dos anos de 1970 e 1980, no Brasil e na América Latina como um todo. Ela não se caracteriza como um tipo qualquer de mídia, mas como um processo de comunicação que emerge da ação dos grupos populares (PERUZZO, 2008, p. 368).

O conceito de que a comunicação alternativa surge de camadas populares, trazido por Peruzzo (2008), é reafirmado por Grinberg (1987), que considera que “o meio não é em si o alternativo, (ou não o é necessariamente) mas o instrumento de uma opção promovida por um grupo de pessoas ou por um setor social” (GRINBERG, 1987, p. 20). Com base na ideia de que a comunicação alternativa deve surgir de demandas de setores sociais, Grinberg (1987) conceitua esse tipo de comunicação como

[...] todo meio que, num contexto caracterizado pela existência de setores privilegiados que detém o poder político, econômico e cultural – nas diversas situações possíveis desde o sistema de partido único e economia estatizada (Cuba) até os regimes capitalistas de democracia parlamentar e as ditaduras militares – implica uma opção frente ao discurso dominante (GRINBERG, 1987, p. 30).

Conforme Grinberg (1987), a comunicação alternativa é aquela que se diferencia das mídias massivas e comprometidas com o mercado e a política, porém essas mídias diferenciadas devem surgir a partir de grupos populares, fazendo frente aos meios dominantes. De acordo com o próprio *Brasil de Fato*⁵, o veículo surge a partir de movimentos sociais e suas demandas, indo ao encontro dos conceitos acima mencionados sobre mídia alternativa.

A partir da compreensão do conceito de alternativo, o principal objetivo deste trabalho é verificar o espaço atribuído a mulheres e pessoas LGBTQ+ no *Brasil de Fato Paraná*. O estudo se propõe a olhar para fontes masculinas e femininas, quantidade de reportagens publicadas relacionadas a questões de gênero e também o espaço e relevância ocupados pelos conteúdos relacionados ao tema no jornal, ainda que este não seja o enfoque principal da cobertura jornalística do referido veículo. Para tanto, foi

⁵ Disponível no site do Brasil de Fato: <https://www.brasildefato.com.br/quem-somos/>

realizado o levantamento e a análise dos conteúdos publicados entre os anos de 2016 e 2017, a partir de elementos relativos à produção jornalística (tais como pauta, fontes, visibilidade do tema, entre outros).

Jornalismo, direitos das mulheres e estereótipos femininos

Conforme aponta Basthi (2011), “a mídia tem como um dos maiores desafios superar os padrões normativos e os estereótipos sexistas, racistas e etnocêntricos que prevalecem em seus conteúdos” (BASTHI, 2011, p. 36), ou seja, os meios de comunicação em geral ainda usam um discurso que segue diversos estereótipos, inclusive em relação às mulheres e seus direitos. Para que haja uma melhor compreensão dos problemas relacionados aos estereótipos impostos às mulheres, é preciso entendê-los enquanto uma construção histórica e sociocultural. A esse respeito, Leal (2017) observa que:

Na cultura ocidental, as mulheres têm sido definidas, historicamente, como seres emocionais. Tanto os sentimentos quanto o gênero feminino são considerados, no senso comum, e em parte do pensamento científico, entidades naturais, portanto, caóticas, irracionais e potencialmente perigosas (LEAL, 2017, p. 193).

Com base nos conceitos de Leal (2017) é possível compreender que essas definições ligadas às mulheres também são reproduzidas na mídia conforme os seus interesses. Leal (2017) diz que a sensibilidade é um dos grandes estereótipos impostos às mulheres em se tratando da cobertura midiática e ressalta que

[...] há, nos discursos midiáticos, um imperativo que conclama o manejo das emoções, para transformá-las em um tipo de capital. Nas novas configurações do trabalho, a sensibilidade é também exaltada como vantagem competitiva, desde que aplicada da maneira correta (LEAL, 2017, p. 197).

Além da sensibilidade há outros estereótipos que são relacionados às mulheres, como a emoção, por exemplo. De acordo com pesquisas realizadas por Marcia Veiga da Silva (2014) em uma redação de televisão, os conceitos de sensibilidade e emoção imposto às mulheres são um fator relacionado à construção do feminino. Silva (2014) baseia-se no reconhecimento de um padrão de heteronormatividade para o qual:

[...] a emoção é um valor cujo atributo é associado ao feminino. Isso me intrigava, uma vez que já havia identificado que, tanto no perfil do programa quanto das principais matérias, os atributos mais valorizados e de destaque eram masculinos (força, denúncia, impacto, ativo, “furo”, etc.) (SILVA, 2014, p. 243).

Como apontado por Silva (2014), a diferença e desigualdade entre gêneros não está apenas na forma como as mulheres são tratadas pela mídia, mas também dentro das redações. Silva (2014) afirma que na redação em que realizou sua pesquisa foi verificado que a grande maioria das pautas consideradas como de denúncia e impacto eram atribuídas a repórteres homens, enquanto as repórteres mulheres ficavam com as pautas mais caracterizadas como *soft*, ressaltando o estereótipo da fragilidade feminina.

Basthi (2011) afirma que um dos maiores problemas da mídia está relacionado com padrões normativos e sexistas e seus estereótipos. Basthi (2011) ressalta que

A mídia tem como um dos maiores desafios superar os padrões normativos e os estereótipos sexistas, racistas e etnocêntricos que prevalecem em seus conteúdos. Cabe ao Jornalismo – que reúne profissionais diferenciados para lidar cotidianamente com a realidade social e suas dinâmicas – contribuir para a desconstrução de crenças, costumes, valores e práticas que reforcem a estrutura social racista, sexista e etnocentrista (BASTHI, 2011, p. 36).

A superação de questões normativas e sexistas está além das reflexões sobre esses temas. Basthi (2011) afirma que a adoção de uma perspectiva de gênero possibilita também “denunciar relações de poder desiguais no ambiente de trabalho que resultam em tratamento preferencial para os homens e/ou em práticas que submetem as mulheres ao assédio moral e/ou sexual nas redações” (BASTHI, 2011, p. 36).

De acordo com Pougy (2010), ainda há muitas desigualdades de gênero, e a associação entre democracia e direitos humanos é um passo fundamental na construção destes direitos para as mulheres.

A ampliação da cidadania está diretamente relacionada ao enfrentamento das desigualdades de gênero - fertilizadas pelas desigualdades sociais - enraizadas na sociedade e amplamente reproduzidas na família, no trabalho, na religião, enfim, em todos os campos constitutivos da vida social, como se fossem imutáveis (POUGY, 2011, p. 8).

Para Pougy (2011), um dos exemplos mais fatais é a violência de gênero, que muitas vezes causa a morte de mulheres. Porém esses crimes, mesmo que amplamente

noticiados e até mesmo denunciados pelo Ministério Público, acabam por ter suas decisões tomadas de forma injusta. Conforme Pougy (2011, p. 08), “a atenção às mulheres em situação de violência de gênero deve estar alicerçada ao conjunto de estratégias que levem a profundas transformações da situação de violação dos direitos humanos, nas quais se imiscuem as dimensões singulares e particulares”, ou seja, levando em consideração as vivências sociais e histórias de vida dessas mulheres vítimas da violação de direitos humanos.

Conforme Basthi (2011), é possível que a mídia aprenda a trabalhar com questões que envolvam gênero e também questões raciais e etnocêntricas, e para as superar as limitações de cobertura, é necessária a reflexão e também o tratamento igualitário entre os gêneros dentro do ambiente de trabalho. Entende-se, assim, a importância de desconstruir estereótipos tradicionalmente atribuídos às mulheres e garantir visibilidade às pessoas LGBTQ+, de modo a transformar as representações de minorias sociais a partir do jornalismo.

Este desafio de colocar em pauta direitos coletivos e romper com perspectivas hegemônicas (seja em termos políticos, econômicos ou culturais) encontra maior espaço para a sua efetivação nos meios alternativos, populares e comunitários, dada a sua relação com os movimentos e setores organizados que lutam por direitos (PERUZZO, 2004).

No que se refere às questões de gênero e às estruturas de poder patriarcal, a proposta trazida pelo jornal *Brasil de Fato* e também aplicada em sua edição de circulação local no Paraná, conforme o próprio veículo, procura atender às demandas de movimentos sociais e de minorias, sendo os direitos das mulheres e LGBTQ+ enquadrados nas pautas de reivindicação dessa esfera de direitos.

Combate à homofobia: jornalismo e direitos LGBTQ+

No que se refere às questões de gênero, além da tematização dos direitos das mulheres é fundamental considerar o tratamento do jornalismo às pessoas LGBTQ+ e suas demandas. Diante da tendência à reprodução de estereótipos e do silenciamento em torno dos direitos das pessoas LGBTQ+ na mídia, os movimentos organizados passaram a criar, desde os anos 1970 - tendo como marco a criação do jornal *Lampião da Esquina*

em 1978 como o primeiro periódico homossexual da imprensa alternativa (LIMA, 2009) – espaços diversos para dar visibilidade às suas causas. Hoje, o que se vê é, além de alguns veículos mantidos especificamente com o propósito de colocar em pauta estes direitos, a incorporação gradual e limitada das vozes LGBTQ+ na agenda midiática.

De acordo com Melo, Brito e Maroja (2012) há um crescimento nas políticas públicas para a população LGBTQ+ nos últimos anos, e uma dessas grandes conquistas está ligada às normas que disciplinam o uso de nomes sociais por travestis e transexuais, porém ainda há uma deficiência de políticas públicas para essa parcela da população em outras áreas, principalmente no que se refere a legislações.

Em face da ausência de uma legislação federal que explicitamente assegure direitos civis para a população LGBTQ, o movimento social tem encontrado alternativas, ainda que parciais e de alcance limitado, recorrendo ao apoio de governadoras, prefeitas, secretarias de governo e gestoras públicas sensíveis às suas demandas (MELO, BRITO, MAROJA, 2012, p. 411).

Conforme Leal e Carvalho (2009), o modo como a grande imprensa brasileira vem tratando os assuntos relacionados aos direitos e outros temas LGBTQ+ varia conforme a identidade de cada veículo e sua relação com o público.

Tendo em vista apenas a grande imprensa brasileira, a chamada “mídia de referência”, o conjunto de variáveis que regem o entendimento de noticiabilidade ou o tratamento de situações homofóbicas, por exemplo, vai desde a identidade do veículo, sua relação com o público-leitor e seu posicionamento político-ideológico, passando por aspectos “técnicos” e/ou circunstanciais, como a estrutura organizacional e a disponibilidade de espaço ou tempo, e chegando a atingir mesmo a leitura individual que cada jornalista, inserido na cadeia produtiva da notícia, faz dos eventos capturados pela rede noticiosa (LEAL, CARVALHO, 2009, p. 2).

Para além dos temas LGBTQ+, conforme Leal e Carvalho (2009), há um conflito nos jornais, que também por vezes se revela internamente, com diversos setores e instâncias da sociedade, como religiosas, instâncias de defesa dos direitos humanos, partidos políticos, entre outros. Esse conflito gera uma disputa político-ideológica dentro dos próprios jornais.

Leal e Carvalho (2009) pontuam o termo “homofobia” como relativamente novo no Brasil, podendo conter diversos significados. De modo geral, os autores conceituam homofobia como uma “série de termos que marcam formas de discriminação, como

racismo, sexismo, antissemitismo ou xenofobia. Em todos os casos, retira-se ou reduz-se a humanidade de um grupo de pessoas, recusando-se sua igualdade frente aos demais” (LEAL, CARVALHO, 2009, p. 4).

De acordo com Leal e Carvalho (2009), os veículos jornalísticos são organizações que reproduzem a vida social, construindo a realidade e dialogando tanto com quem possui muito ou pouco poder, incluindo o Estado, a família e a Universidade. Os autores afirmam que os movimentos LGBT+ também buscam seu espaço no meio jornalístico:

É importante observar que parte da estratégia do movimento social LGBT vai na direção de produzir eventos que pautem os veículos jornalísticos, “exigindo” sua cobertura, como é o caso das Paradas de Orgulho LGBT e as manifestações do Dia Nacional de Combate à Homofobia e do Dia Internacional de Combate à Aids (LEAL, CARVALHO, 2009, p. 7).

Levando em consideração as estratégias utilizadas pelos movimentos LGBT+ para ganhar visibilidade nos veículos jornalísticos, Leal e Carvalho (2009) observam que quando esses veículos tratam de temáticas relacionadas à homofobia e também a outros temas estão projetando um desenho da sociedade e que o silêncio sobre determinado tema também compõe um discurso.

Do mesmo modo, os silêncios sobre a homofobia, suas práticas e suas conseqüências compõem o universo dos “discursos” das mídias, à medida que não falar sobre um determinado tema não é simplesmente desconhecê-lo, mas resulta de uma escolha consciente, marcada, no mínimo, por “critérios de noticiabilidade”, nunca neutros, apesar de dotados de uma suposta racionalidade (LEAL, CARVALHO, 2009, p. 8).

Para Leal e Carvalho (2009), a compreensão da relação entre mídia e homofobia é o início de um esforço de observação das contradições e das diferenças para além das visões homogeneizadoras rápidas. Quanto ao posicionamento dos jornais em relação à homofobia, Leal e Carvalho (2009) ressaltam que este pode ser percebido a partir de uma leitura atenta dos discursos e suas variações e a observação de cada narrativa, sendo esta a melhor forma para interpretação dos assuntos relativos à homofobia e suas abordagens.

Trata-se, portanto, de um desafio para o jornalismo a incorporação de sujeitos invisibilizados na sua pauta, sob uma perspectiva que permita valorizar o enfrentamento

das opressões e das desigualdades de gênero. De algum modo, ainda que com certos limites e dificuldades, considera-se que a mídia alternativa tem ocupado um espaço importante neste processo, a exemplo das abordagens produzidas pelo jornal *Brasil de Fato Paraná*.

***Brasil de Fato Paraná*: aspectos da cobertura de temas de gênero**

O jornal *Brasil de Fato Paraná*, conforme sua própria autodenominação, se conceitua como um veículo que demanda de movimentos sociais e que reconhece o lugar do jornalismo nas lutas democráticas.

Por entenderem que, na luta por uma sociedade justa e fraterna, a democratização dos meios de comunicação é fundamental, movimentos populares criaram o Brasil de Fato para contribuir no debate de ideias e na análise dos fatos do ponto de vista da necessidade de mudanças sociais em nosso país (BRASIL DE FATO, 2017).⁶

Com base nesses aspectos e nos conceitos trazidos por Peruzzo (2008) e Grinberg (1987), o *Brasil de Fato Paraná* pode ser considerado um veículo de caráter alternativo, e a partir desta proposta é que esta pesquisa teve por objetivo mapear as coberturas relacionadas aos direitos das mulheres e direitos LGBTQ+. O período analisado inicia com a primeira edição do *Brasil de Fato* publicada no Paraná – que entrou em circulação no dia 4 de fevereiro de 2016 – até a última edição publicada no ano de 2017, que circulou no dia 21 de dezembro do mesmo ano.

Com uma periodicidade semanal, foram analisadas um total de 67 edições do *Brasil de Fato Paraná*, sendo encontrado um total de 47 matérias que têm como tema principal direito das mulheres e LGBTQ+; destas 47 matérias, 30 correspondem a direitos das mulheres e 17 estão relacionadas a direitos LGBTQ+. A pesquisa separou as ocorrências por ‘Editorias’, ‘Fontes’, ‘Chamadas’ e ‘Formato’, sendo que as Editorias foram classificadas como ‘Editorial/Opinião’, ‘Geral’, ‘Cidades’, ‘Paraná’, ‘Cultura’, ‘Esportes’ e ‘Especial’.

As Fontes foram classificadas como ‘Especializadas’, ‘Populares’, ‘Movimentos Sociais’ e ‘Oficiais’. Em relação às chamadas encontradas na capa, estas foram classificadas como ‘Chamada principal’, ‘Chamadas com imagem’ e ‘Chamadas sem

⁶ Disponível no site do Brasil de Fato: <https://www.brasildefato.com.br/quem-somos/>

imagem'. Por último, os Formatos foram classificados como 'Nota', 'Reportagem', 'Entrevista' e 'Perfil'.

Com base na metodologia descrita acima, baseada em aspectos da produção jornalística, das 30 matérias que envolvem direitos das mulheres, foram encontrados 5 textos no 'Editorial/Opinião', 8 matérias na editoria 'Geral', 3 na editoria 'Cidades', 1 na editoria 'Paraná', 5 em 'Cultura', 7 em 'Esportes' e uma matéria considerada como 'Especial'. Este aspecto evidencia a presença de um tipo de protagonismo feminino em pautas gerais, que são abordadas a partir de uma perspectiva de gênero, que confere visibilidade às mulheres em diferentes espaços do jornal.

Em relação às fontes, foram encontradas um total de 6 fontes especializadas, 7 fontes populares, 13 de movimentos sociais e 10 fontes oficiais. É válido notar que a prevalência de fontes ligadas a movimentos apresenta sintonia com a orientação editorial do veículo, ligada às organizações populares. Há ainda um equilíbrio em termos de representação com a presença de mulheres em fontes oficiais e em outros espaços da sociedade, como testemunho de um fato ou especialista em determinada área.

Observa-se que o número de fontes pode ser considerado baixo se comparado com o total de 30 reportagens, pois foram encontradas 36 fontes. Este número pode se justificar devido à grande quantidade de matérias no formato 'Nota', sendo que este formato utiliza geralmente uma fonte. O formato 'Editorial/Opinião' não possui fontes e também colabora para o baixo número de pessoas e instituições ouvidas. Deve-se ressaltar que, de modo geral, as matérias não apresentam muitas fontes – um número que varia entre uma e duas fontes por material.

Quanto às chamadas, foram encontradas 11 'chamadas com foto', 2 'chamadas sem foto' e 2 'chamadas principais', que revelam um destaque pequeno para pautas voltadas às mulheres na capa do jornal. Em relação aos 'formatos', foram encontradas 7 matérias no formato 'nota', 5 no formato 'perfil', 14 no formato 'reportagem' e uma matéria que se classifica como 'entrevista'.

De acordo com os dados analisados, pode-se perceber que a editoria com maior número de conteúdos de direitos das mulheres foi a 'Geral', sendo que dos 8 materiais encontrados nesta editoria, 6 são no formato 'nota', não possuindo fontes diretas ou identificadas. As outras duas matérias desta editoria estão no formato 'Reportagem', contendo fontes oficiais, populares e de movimentos sociais. As editorias que menos

contabilizaram conteúdos foram duas que não são observadas em todas as edições do jornal, sendo elas ‘Paraná’ e ‘Especial’, com uma reportagem contabilizada em cada uma.

Uma das editorias que merece destaque na análise é a de ‘Esportes’, contendo 7 matérias. Conforme Romero (2004, p. 107), “o esporte construiu e superenfatizou diferenças entre os sexos e a hierarquia. De forma análoga, a mídia construiu imagens entre homens e mulheres baseadas em definições tradicionais de feminilidade e masculinidade”. Com base no conceito trazido por Romero (2004), pode-se concluir que há uma cobertura ampla relacionada a mulheres e seus direitos realizada pelo *Brasil de Fato Paraná* na editoria voltada aos esportes, podendo se observar que por vezes a matéria que tem como pauta o esporte feminino ganha mais destaque que os esportes masculinos. A matéria exemplificada na figura abaixo, além de ser a manchete da página de esportes e se tratar de uma modalidade feminina, representa um esporte pouco popular no Brasil, se comparado com o futebol de campo. O exemplo a seguir, retratado na Figura 1, ilustra esta observação.

Figura 1 – Reportagem da editoria de Esportes do *Brasil de Fato Paraná*

12 | Esportes Paraná, 27 de abril a 04 de maio de 2017 Brasil de Fato PR

O futebol americano feminino pede passagem

Curitiba Silverhawks busca apoio para representar, pela primeira vez, o PR em um torneio oficial

Por Mariana Franco Ramos, de Curitiba (PR)

Pimeira equipe de futebol americano feminino independente do Paraná, o Curitiba Silverhawks se prepara para estreiar no Campeonato Brasileiro da modalidade, em julho. Serão, ao todo, seis times, de quatro Estados e mais o Distrito Federal, divididos em duas chaves. O torneio é gerido pelos próprios clubes, sem o envolvimento de uma confederação ou mesmo o apoio de um patrocinador master.

Talvez por isso, a etapa mais importante desse desafio tenha começado há alguns meses e não se restringiu ao campo. Longe dos holofotes da NFL e com bem menos visibilidade que os homens, as mulheres buscam arrecadar fundos para custear as viagens, o aluguel do estádio e demais despesas, como garantia de atendimento médico e segurança. Assim, iniciaram uma campanha de financiamento coletivo e, entre um treino e outro (são três semanais), estão fazendo rifas e “pedágios solidários”.

“No nosso grupo estão times de Brasília (DF) e de Sinop (MT). Todos vão ter que fazer pelo menos uma viagem de dois mil quilômetros. Não tenho como levar essas meninas de ônibus, principalmente por causa do tempo - elas trabalham. Fiz um cálculo e, para Sinop, demoraria 27 horas de carro. Então, a gente tem que ir de avião e é difícil conseguir passagem por menos de R\$ 800”, explica a presidente, head coach e quarterback do Silverhawks, Ester Biss de Alencar.

O objetivo é arrecadar no mínimo R\$ 40 mil, sendo que R\$ 30 mil seriam usados para a viagem ao

Mato Grosso. A equipe existe desde 2015 e conta hoje com 38 atletas ativas. Mas foi em 2017 que ela se “desprendeu” do Brown Spiders, passando a ser de fato um clube feminino.

Quem tiver interesse conhecer mais sobre o projeto e colaborar, acesse Curitiba Silverhawks no Facebook.

“**Entre um treino e outro (são três semanais), as atletas fazem rifas e “pedágios solidários”**”



Fonte: Arquivo pessoal

Em relação às pautas que envolvem direitos LGBT+, foram encontradas 17 matérias nas 67 edições do *Brasil de Fato Paraná* analisadas. Nas editorias de ‘Esportes’, ‘Especial’ e no ‘Editorial/Opinião’ não foram encontradas ocorrências. Na editoria ‘Geral’ foram identificadas 5 matérias, na editoria ‘Cidades’ – a que mais

possui conteúdos sobre o tema – foram 6, além de 1 na editoria ‘Paraná’ e 5 em ‘Cultura’. Em relação às fontes, foram encontradas um total de 4 fontes ‘especializadas’, 3 fontes ‘populares’, 7 de ‘movimentos sociais’ e 6 fontes ‘oficiais’.

Quanto às chamadas, foram encontradas 4 ‘chamadas com foto’, 2 ‘chamadas sem foto’ e nenhuma ‘chamada principal’, dado que demonstra um reduzido espaço de destaque para os conteúdos relativos à representatividade LGBTQ+. Em se tratando dos ‘formatos’, foram encontradas 7 matérias no formato ‘nota’, 3 no formato ‘perfil’, 8 no formato ‘reportagem’ e nenhuma matéria que se classifica como ‘entrevista’.

De acordo com os dados analisados, pode-se perceber que a editoria com maior número de conteúdos de direitos LGBTQ+ foi a de ‘Cidades’, sendo que dos 5 materiais encontrados, 4 são no formato ‘nota’, não possuindo fontes diretas ou identificadas. As outras duas matérias desta editoria estão no formato ‘Reportagem’, contendo fontes oficiais, populares e de movimentos sociais.

Tratando-se das fontes, foi observado que este número também pode ser considerado baixo se comparado com as 17 reportagens de direitos LGBTQ+, pois no total foram encontradas 20 fontes. Deste número, 7 fontes provêm de ‘movimentos sociais’, 5 de fontes ‘oficiais’ e ‘especializadas’, cada, e 3 fontes ‘populares’. Este número pode se justificar – do mesmo modo que as pautas de direitos das mulheres – devido à grande quantia de matérias no formato ‘Nota’, considerando que este formato utiliza, na maioria dos textos, uma fonte. Mesmo com um baixo número de fontes, com base na análise, pode-se observar que o jornal procura priorizar as fontes provindas de movimentos sociais, o que segue de acordo com a proposta editorial do veículo em questão.

Entre os fatores que podem se destacar na cobertura dos direitos LGBTQ+ pelo *Brasil de Fato Paraná* está a menor representatividade em relação às coberturas de direitos das mulheres, uma vez que foram encontradas 17 matérias que tratam de direitos LGBTQ+ e quase o dobro de matérias sobre direitos das mulheres. Em todas as categorias de análise as pautas relacionadas às mulheres se destacam e se sobressaem. Os temas LGBTQ+ também apresentam um menor espaço e uma menor visibilidade nas páginas internas e nas manchetes do jornal, conforme ilustra a Figura 2, abaixo.

Figura 2 – Reportagem sobre direitos LGBT em ‘Cidades’ no *Brasil de Fato Paraná*



Fonte: Arquivo pessoal

Em uma comparação, tanto os conteúdos que tratam de direitos LGBT+ como os conteúdos que tratam de direitos das mulheres são tratados pelo viés dos movimentos sociais, o que pode ser notado pela abordagem das pautas e pela prevalência de fontes ligadas aos movimentos, em uma lógica diversa da mídia hegemônica, que costuma privilegiar fontes oficiais. Temas da política ocupam maior espaço no jornal, mas observa-se uma diversidade de conteúdos que representa diferentes tipos de movimentos, ainda que se possa atestar que as questões LGBT+, por exemplo, apresentaram cobertura reduzida no *Brasil de Fato Paraná*, se comparada à presença de outras demandas de grupos minoritários, principalmente aqueles com viés de caráter classista.

Leal e Carvalho (2009) afirmam que a mídia tende a silenciar temas que envolvem homofobia e direitos LGBT+, fingindo não os conhecer, e mesmo tratando sobre pautas de direitos LGBT+. Pode-se dizer que, contrariando esta tendência à invisibilidade, o *Brasil de Fato Paraná* publicou textos sobre estas questões em cerca de um quarto das edições. E, sobre demandas das mulheres, a abordagem foi ainda mais significativa, com pautas que destacam protagonismo feminino e luta por direitos.

Considerações finais

Levando-se em conta a proposta do *Brasil de Fato Paraná*, que possui um caráter alternativo e busca estabelecer articulações com os movimentos sociais, o jornal apresenta conteúdo que privilegia temáticas voltadas a política e economia, conferindo visibilidade às lutas de trabalhadores e determinados movimentos de caráter classista. No total, são poucas matérias que tratam de direitos das mulheres e LGBTQ+, mas pode-se dizer que as questões de gênero estão representadas em cerca de metade das edições. São poucas as edições que contemplam um assunto relacionado a esses direitos na capa, como chamada principal, sendo encontrada durante a análise apenas uma chamada principal relacionada a direitos das mulheres e nenhuma relacionada a direitos LGBTQ+. O diferencial de cobertura, contudo, não se revela em termos quantitativos, mas na proposição de pautas anguladas na perspectiva de defesa dos direitos das minorias, seja em caráter de denúncia, visibilidade a atos e mobilizações ou reivindicações sociais.

Assim, apesar do número de matérias e de fontes serem relativamente baixos, considera-se que o jornal consegue cumprir sua proposta, incluindo em suas páginas temas e fontes que provêm de coletivos e movimentos sociais, mesmo que por vezes essas matérias sejam apresentadas em notas ou reportagens que possuem menos destaque no jornal. Desse modo, entende-se que o caráter alternativo do veículo se consolida na escolha das pautas que se filiam aos princípios dos direitos humanos, na valorização de fontes e na visibilidade a sujeitos tradicionalmente silenciados na mídia convencional.

Referências

BASTHI, Angélica. **Guia para jornalistas sobre gênero, raça e etnia**. Brasília: ONU Mulheres, 2011.

GRIBERG, Máximo Simpson. **A comunicação alternativa na América Latina**. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

LEAL, Bruno Souza; CARVALHO, Carlos Alberto de. **Sobre jornalismo e homofobia ou: pensa que é fácil falar?** Brasília: **E-Compós**, 2009.

LEAL, Tatiane. **A mulher emocional: potências e riscos da feminilidade no discurso jornalístico**. São Paulo: **Rumores**, 2017.

LIMA, Marcus Antônio Assis. De alternativa a grande mídia: historiografia resumida da imprensa homossexual no Brasil. In: WOITOWICZ, Karina Janz (Org.). **Recortes da mídia alternativa**: histórias e memórias da comunicação no Brasil. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2009. p. 235-244.

MELO, Luiz; BRITO Walders; MAROJA, Daniela. Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades. Campinas: **Pagu**, 2012.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados. Reelaborações no setor. Bogotá: **Palabra Clabe**, 2008.

PERUZZO, Cicília M. Krohling. **Comunicação nos movimentos populares**. A participação na construção da cidadania. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

POUGY, Lília Guimarães. Direitos humanos, democracia e políticas públicas com recorte de gênero. Florianópolis: **Fazendo Gênero 9**, 2010.

ROMERO, Elaine. **A hierarquia de gênero no jornalismo esportivo**. São Paulo: III Fórum de Debates sobre Mulher & Esporte, 2004.

SILVA, Marcia Veiga de. **Masculino, o gênero do jornalismo**: Modos de produção das notícias. Florianópolis: Editora Insular, 2014.